Sul Global

Sur Global

Global South

Regina Ungerer, Erica Kastrup e Rychard L. Monteiro

Resumo: No Fórum Político de Alto Nível (HLPF) de 2026, as articulações das nações em desenvolvimento consolidaram a pressão por reformas estruturais, espaço político e novos mecanismos de governança global.

O UNOSSC pavimentou o lançamento da Aliança Global para a Cooperação Sul-Sul e Triangular (CSST), previsto para 11 de setembro. Em parceria com o Uruguai (presidência do G-77), defendeu a integração da CSST nas Revisões Nacionais Voluntárias (VNRs) e co promoveu debates sobre a reforma da ONU (UN80) e a revisão da BAPA+40, focando em soberania tecnológica, saúde e transição energética justa.

Como exemplo prático de CSST estruturante, destacou-se a parceria em saúde entre Brasil e Angola (2023–2027). Financiado com US$ 200 milhões do Banco Mundial, o projeto visa capacitar 38 mil profissionais angolanos por meio de diversas universidades brasileiras, incluindo a participação da Fiocruz e atualizará o mapa entomológico para fortalecer o sistema de saúde local.

Articulação G-77 + China e MNA: Os blocos intensificaram a defesa do multilateralismo e celebraram a adoção da Declaração Ministerial do HLPF. Exigiram a reforma da arquitetura financeira internacional, o cumprimento do financiamento climático por países desenvolvidos e o respeito às responsabilidades compartilhadas. Na AGNU, uniram-se ao massivo consenso internacional contra o bloqueio econômico dos EUA a Cuba, enquanto o NAMYO celebrou três anos em Baku promovendo capacitação sustentável.

A atuação do Centro Sul em fóruns paralelos evidenciou as assimetrias globais. O órgão criticou o vácuo jurídico na OMC gerado por subsídios unilaterais norte-americanos, combateu o monopólio na governança da IA e defendeu flexibilidades em propriedade intelectual (OMPI) voltadas ao interesse público.

Palavras-chave: Cooperação Sul-Sul; UNOSSC; G-77 e China; Movimento dos Não-Alinhados; Centro Sul.

Resumen: *Aquí está la traducción final del sumario completo al español, manteniendo el tono diplomático, formal y con la corrección precisa sobre la capacitación en salud:*

En el Foro Político de Alto Nivel (HLPF) de 2026, las articulaciones de las naciones en desarrollo consolidaron la presión por reformas estructurales, espacio político y nuevos mecanismos de gobernanza global.

El UNOSSC pavimentó el lanzamiento de la Alianza Global para la Cooperación Sur-Sur y Triangular (CSST), previsto para el 11 de septiembre. En alianza con Uruguay (presidencia del G-77), defendió la integración de la CSST en las Revisiones Nacionales Voluntarias (VNR) y

copromovió debates sobre la reforma de la ONU (UN80) y la revisión de la BAPA+40, enfocándose en soberanía tecnológica, salud y una transición energética justa.

Como ejemplo práctico de CSST estructural, se destacó la alianza en salud entre Brasil y Angola (2023–2027). Financiado con US$ 200 millones del Banco Mundial, el proyecto busca capacitar a 38 mil profesionales angoleños a través de diversas universidades brasileñas —incluyendo la Fiocruz— y actualizará el mapa entomológico para fortalecer el sistema de salud local.

Articulación G-77 + China y MNA: Los bloques intensificaron la defensa del multilateralismo y celebraron la adopción de la Declaración Ministerial del HLPF. Exigieron la reforma de la arquitectura financiera internacional, el cumplimiento del financiamiento climático por parte de los países desarrollados y el respeto a las responsabilidades compartidas pero diferenciadas. En la AGNU, se unieron al masivo consenso internacional contra el bloqueo económico de los EE. UU. a Cuba, mientras que la NAMYO celebró tres años en Bakú promoviendo la capacitación sostenible.

La actuación del Centro Sur en foros paralelos evidenció las asimetrías globales. El órgano criticó el vacío jurídico en la OMC generado por los subsidios unilaterales norteamericanos, combatió el monopolio en la gobernanza de la IA y defendió flexibilidades en propiedad intelectual (OMPI) orientadas al interés público.

Palabras clave: *Cooperación Sur-Sur; ONUSC; G-77 y China; Movimiento de Países No Alineados; Centro Sur.*

Abstract: *At the HLPF 2026, the joint efforts of developing nations consolidated pressure for structural reforms, policy space, and new global governance mechanisms.*

UNOSSC paved the way for the launch of the Global Alliance for South-Sul and Triangular Cooperation (SSTC), scheduled for September 11. In partnership with Uruguay (G-77 presidency), it advocated for the integration of SSTC into Voluntary National Reviews (VNRs) and co-sponsored debates on UN reform (UN80) and the BAPA+40 review, focusing on technological sovereignty, health, and a just energy transition.

As a practical example of structural SSTC, the health partnership between Brazil and Angola (2023–2027) stood out. Funded with US$ 200 million from the World Bank, the project aims to train 38,000 Angolan professionals through several Brazilian universities, as well as Fiocruz and will update the entomological map to strengthen the local health system.

G-77 + China and NAM: The blocs intensified their defense of multilateralism and celebrated the adoption of the HLPF Ministerial Declaration. They demanded the reform of the international financial architecture, the fulfilment of climate finance commitments by developed countries, and respect for common but differentiated responsibilities. At the UNGA, they joined the massive international consensus against the US economic embargo on Cuba, while NAMYO celebrated three years in Baku promoting sustainable skills development.

The South Centre's performance in parallel forums highlighted global asymmetries. The organization criticized the legal vacuum in the WTO caused by unilateral US subsidies, challenged the monopoly in AI governance, and advocated for flexibilities in intellectual property (WIPO) geared toward the public interest.

Keywords: *South-South Cooperation; UNOSSC; G-77 and China; Non-Aligned Movement; Centro Sul.*

ESCRITÓRIO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A COOPERAÇÃO SUL-SUL (UNOSSC)

O Escritório das Nações Unidas para a Cooperação Sul-Sul promove, coordena e apoia a cooperação Sul-Sul e triangular globalmente e dentro do sistema das Nações Unidas, incluindo: 1) Política e Apoio Intergovernamental; 2) Desenvolvimento de capacidades; 3) Cocriação e Gestão do Conhecimento; 4) Gestão do Fundo Fiduciário Sul-Sul. O UNOSSC atua como uma plataforma de compartilhamento de recursos onde parceiros do Sul Global se conectam buscando soluções e explorando oportunidades de financiamento. Também conecta governos, especialistas e grupos de reflexão para garantir que as perspectivas do Sul sejam incluídas nos diálogos políticos.

Destaques

Dia das Nações Unidas para a Cooperação Sul-Sul 2026 – 12 de setembro de 2026

Solidariedade em Alta: Aliança Global para o Desenvolvimento Inclusivo e Inovador



Em um cenário global marcado por assimetrias macroeconômicas e vulnerabilidades climáticas, a cooperação entre as 134 nações do Sul Global — que abrigam 80% da população mundial — consolida-se como um vetor estratégico de desenvolvimento. O fortalecimento desse ecossistema de solidariedade reflete-se na partilha ativa de soluções inovadoras em áreas prioritárias, como saúde pública, transição energética e inovação tecnológica.

O Novo Peso Econômico do Sul Global

A dinâmica das relações internacionais demonstra uma profunda mudança geopolítica e econômica:

- **Comércio Inter-regional:** O comércio Sul-Sul atingiu a marca histórica de US$ 6,8 trilhões em 2025, representando hoje mais da metade das exportações dessas economias.
- **Investimento Estrangeiro Direto (IED):** Os fluxos de IED intrarregionais quadruplicaram desde a década de 1990, alcançando 32% do total global entre 2020 e 2023.
- **Representatividade:** Atualmente, o Sul Global responde por mais de 40% da produção econômica global e atrai mais da metade dos investimentos mundiais.

Marcos Multilaterais Recentes

O dinamismo da Cooperação Sul-Sul e Triangular (CSST) tem sido reafirmado em fóruns globais estratégicos:

1. **Comitê de Alto Nível sobre Cooperação Sul-Sul (22ª Sessão):** Reuniu mais de 130 países, consolidando a CSST como instrumento central dos Marcos de Cooperação das Nações Unidas.
2. **Conferência da Água de Dushanbe:** Posicionou a segurança hídrica não apenas como pauta ambiental, mas como imperativo de segurança, resiliência e desenvolvimento social.

3. **Fórum Urbano Mundial (Baku):** Debateu soluções habitacionais, de infraestrutura e resiliência climática para os centros urbanos em rápida expansão no Sul Global.

O Lançamento da Aliança Global para a CSST

A celebração do **Dia das Nações Unidas para a Cooperação Sul-Sul ,**deste ano, será marcada pelo lançamento oficial da Aliança Global para a Cooperação Sul-Sul e Triangular.

Apoiada pela plataforma digital *South-South Galaxy+* gerida pelo UNOSSC, esta iniciativa funcionará como um hub estratégico para articular governos, organismos internacionais, instituições financeiras, academia e o setor privado com o objetivo de acelerar a escala de soluções comprovadas e viabilizar parcerias catalisadoras em nível inter-regional.

As soluções e inovações necessárias para superar os desafios contemporâneos já existem no Sul Global. O desafio atual reside em conectar essas capacidades, robustecer os canais institucionais e ampliar o impacto coletivo das iniciativas.

O Desafio

O progresso em direção aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável permanece desigual, uma vez que lacunas de financiamento e desafios cada vez mais complexos e interconectados — incluindo mudanças climáticas, insegurança alimentar, exclusão digital e vulnerabilidades crescentes — continuam a limitar a capacidade dos países de atuar em larga escala.

A Oportunidade

Ao mesmo tempo, muitas soluções comprovadas já existem no Sul Global, mas continuam sendo de difícil acesso e subutilizadas.

A Aliança responde a essa lacuna ajudando países e parceiros a conectar melhor conhecimento especializado, parcerias e apoio catalisador. Ela possibilita uma transição de sucessos isolados para um impacto em escala, acelerando os resultados onde eles são mais necessários.

UNOSSC na reunião do HLPF – 7 a 15 de julho de 2026

A participação e as diretrizes do UNOSSC no HLPF 2026 concentraram-se em quatro pilares principais:

1. Promoção da "Aliança Global para a CSST"



O Escritório aproveitou o HLPF para pavimentar o caminho para o lançamento oficial da **Aliança Global para a Cooperação Sul-Sul e Triangular** (previsto para 11 de setembro de 2026).

O UNOSSC realizou eventos e reuniões bilaterais para engajar novos Estados-membros, agências da ONU e bancos de desenvolvimento na Aliança Global.

Apresentou as atualizações da plataforma digital **South-South Galaxy+**, demonstrando como ela conectará demandas locais por soluções a parceiros capazes de financiá-las ou transferir tecnologia.

Fez uso de reuniões de trabalho para conectar a demanda de países em desenvolvimento com a oferta de assistência técnica e financeira de bancos de desenvolvimento regionais, setor privado e filantropia.

2. Integração da CSST nas Revisões Nacionais Voluntários (VNRs)

Uma das principais frentes políticas do UNOSSC no HLPF 2026 foi incentivar os países que apresentaram sus Revisões Nacionais Voluntários a relatar formalmente como utilizam a cooperação internacional Sul-Sul para alcançar as metas dos ODS. O escritório defendeu que a CSST não deve ser vista apenas como um "anexo" diplomático, mas como um meio estratégico de implementação nacional.

3. Fortalecimento do Multilateralismo e Redução da Fragmentação

Em um cenário geopolítico fragmentado, o UNOSSC posicionou a Cooperação Sul-Sul no HLPF como um "ponto de convergência" neutro e focado em resultados. O argumento central é que, enquanto as negociações multilaterais tradicionais enfrentam impasses, a cooperação técnica e prática entre países em desenvolvimento continua avançando e gerando impacto imediato.

4. Eventos Paralelos (Side Events)

O UNOSSC coorganizou painéis com foco em soluções práticas compartilhadas entre países do Sul Global, destacando:

- **Resiliência em Saúde Global e Soberania Tecnológica**

Abordando diretamente o fortalecimento das capacidades locais de produção de insumos médicos e vacinas no Sul Global com descentralização da produção e discussões focadas na transferência de tecnologia e no desenvolvimento de polos regionais de biotecnologia e produção de medicamentos essenciais (com forte destaque para a cooperação entre instituições de excelência do Sul, como a rede de Centros Colaboradores da OMS. Assim como o compartilhamento de metodologias de vigilância genômica e epidemiológica adaptadas a contextos de recursos limitados, reduzindo a dependência tecnológica e financeira do Norte Global.

- **Ação Climática e Transição Energética Justa**

Debates centrados em como os países em desenvolvimento podem transitar para matrizes limpas sem comprometer sua segurança energética ou crescimento econômico. Foram apresentadas soluções baseadas na natureza e técnicas de agricultura regenerativa compartilhadas entre regiões tropicais (África, América Latina e Ásia). Houve também um foco em parcerias triangulares para financiar a resiliência de Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento (SIDS) e Países de Menor Desenvolvimento (LDCs) frente ao aumento do nível do mar e desastres climáticos.

- **Infraestrutura Pública Digital (IPD) e Inovação**

O UNOSSC tem defendido que a digitalização inclusiva é um dos caminhos mais rápidos para o avanço dos ODS, como os **Sistemas de Identificação e Pagamento Digital.** Foram apresentados casos de sucesso onde a implementação de sistemas de pagamento digitais públicos e

interoperáveis de baixo custo acelerou a inclusão financeira e a entrega de serviços sociais. Houve também debates sobre a soberania de dados e o uso de inteligência artificial aplicada ao monitoramento de políticas públicas no Sul Global.

- **Financiamento para o Desenvolvimento** também pautou as discussões sobre como o endividamento externo do Sul Global sufoca o orçamento de saúde e educação, e como mecanismos de financiamento triangular podem aliviar essa pressão.

- **Avançando no ODS 17 por meio da Cooperação Sul-Sul: fortalecimento de parcerias e reforma da ONU**



O UNOSSC organizou com o Uruguai, na qualidade de presidente do G-77, um diálogo de alto nível sobre o fortalecimento de parcerias para o desenvolvimento sustentável em que foi destacado a importância da cooperação Sul-Sul e triangular como vetores estratégicos do ODS 17, da reforma da ONU (ONU 80) e da revisão da BAPA+40.

O G-77 e a China reafirmaram que acelerar a Agenda 2030 exige um multilateralismo fortalecido, parcerias eficazes e maiores meios de implementação.

Destacaram que a Cooperação Sul-Sul e a cooperação triangular são essenciais para o avanço do ODS 17, complementando a cooperação Norte-Sul, e ressaltaram a necessidade de uma arquitetura financeira internacional mais inclusiva e de uma revisão ambiciosa da BAPA+40.

A Aliança Global, a ser lançada em setembro, ajudará a transformar parcerias em impacto com alinhamento estratégico para garantir que as prioridades políticas do maior bloco de países em desenvolvimento estejam refletidas na arquitetura operacional da nova Aliança.

BRASIL NA COOPERAÇÃO SUL-SUL

Este informe sobre a Cooperação Sul-Sul do Brasil foi produzido baseado na apresentação da Embaixadora Luiza Lopes no **Seminário Avançado "Cooperação Sul-Sul: mais necessária do que nunca"** realizado no dia 15 de julho de 2026.

Cooperação Brasil–Angola em saúde: negociações binacionais, Programa de Formação de Recursos Humanos e participação da Fiocruz

A cooperação bilateral em saúde entre Brasil e Angola, cujos antecedentes remontam a 2007, viveu recentemente uma intensificação que conduziu à formulação de um amplo Programa de Formação de Recursos Humanos em Saúde para Angola.

Este texto analisa as etapas e negociação que deram origem ao Programa, descreve alguns de seus componentes e atividades iniciais, e apresenta o papel institucional da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) no contexto desta cooperação.

O objetivo é situar o programa em termos de desenho institucional, metas de capacitação e implicações para a sustentação de capacidades nacionais em saúde pública em Angola.

Etapas negociação e construção do programa



Missão de Prospecção. Foto: Erica Kastrup

Em abril de 2023, por ocasião da 7ª Comissão Mista Bilateral, foi assinado um instrumento de entendimento entre os Ministérios da Saúde dos dois países com vistas à consolidação de um quadro de cooperação estratégica. No mês de agosto de 2023, durante visita do presidente do Brasil à Angola, emergiu a prioridade angolana pela formação massiva de profissionais — incluindo médicos, enfermeiros, gestores e técnicos — como eixo central da cooperação.

Tal decisão política deu início a um processo de planejamento que incluiu uma missão brasileira à Angola, realizada em novembro de 2023 e composta pelo Ministério da Saúde do Brasil, Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Ebserh), universidades e a Fundação Oswaldo Cruz.

Chefiada pela Agência Brasileira de Cooperação (ABC), a missão foi um primeiro passo no planejamento das ações que se seguiriam.

Em seguida, uma missão de prospecção chefiada pela Ministra da Saúde angolana, visitou instituições de referência no Brasil (com agendas em Recife, Florianópolis e Juiz de Fora) e reuniu-se com atores institucionais brasileiros para dar continuidade a elaboração técnica do programa.



Assinatura do acordo. Foto: Erica Kastrup

A formalização do acordo ocorreu no início de 2024, com a assinatura por parte das ministras da Saúde dos dois países, marcando a transição das negociações para a fase Tal marco institucional sinalizou o compromisso político e técnico para um projeto articulado entre múltiplos atores governamentais e acadêmicos.

Desenho do Programa: objetivos, componentes e metas

Do ponto de vista dos objetivos do Governo angolano, a iniciativa visa criar uma força de trabalho majoritariamente nacional, tecnicamente diferenciada e diversificada, distribuída equitativamente pelo território e orientada por valores éticos e de serviço público.

Foi concebido como uma iniciativa de médio prazo, com horizonte de implementação inicialmente estabelecido em cinco anos (2023–2027) com uma meta de formar 38 mil profissionais no país, um número que traduz a ambição de transformação estrutural do quadro de pessoal de saúde em Angola. Importa esclarecer que esse universo de beneficiários contempla majoritariamente ações de formação realizadas em território angolano por instituições locais, sendo que a formação no Brasil compõe um eixo estratégico do Programa.

Importante notar que a estratégia de recursos humanos está articulada com investimentos direcionados à infraestrutura de saúde, como reabilitação e ampliação de unidades e laboratórios, para propiciar condições de trabalho e formação práticas.

Financiamento e arranjos institucionais

Para viabilizar o projeto de formação em escala, o Governo de Angola contou com um investimento de 200 milhões de dólares do Banco Mundial. Do lado brasileiro, a cooperação foi operacionalizada por meio de arranjos envolvendo a Agência Brasileira de Cooperação (ABC) como parceira no desenho técnico e coordenação, e instituições implementadoras como o Ministério da Saúde do Brasil, a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Ebserh), Universidades e a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz).

Esse arranjo reflete um modelo híbrido em que agências de cooperação, instâncias ministeriais e redes acadêmicas públicas articulam-se para responder à demanda estatal de capacitação em saúde. Foi criado um comitê de coordenação binacional que se reúne semanalmente.

Os alunos angolanos que vêm ao Brasil recebem uma bolsa de 1.500 dólares enquanto estão em território brasileiro. Atualmente há 695 angolanos matriculados em diversos cursos em instituições brasileiras e um total de 395 já concluíram a formação e regressaram a Angola.

Atividades formativas e marcos acadêmicos



Aula inaugural.
Foto: Erica Kastrup

Em linhas gerais, o programa consiste na oferta de vagas em cursos regulares do Brasil para alunos angolanos. Além de intercâmbios de curta duração no campo da enfermagem e da formação médica especializada, em áreas como pediatria, oncologia, traumatologia entre outros.

Um marco simbólico e operacional para a agenda acadêmica foi a realização de uma aula inaugural do Programa para o ciclo 2026 na Universidade de São Paulo (USP) em maio de 2026. O evento sinalizou a mobilização das universidades públicas brasileiras na recepção e integração dos fluxos formativos previstos no programa.

Participação da Fiocruz



A Fiocruz desempenha papel de destaque como instituição implementadora e parceira técnica. Sua participação abrange a oferta de vagas em programas de pós-graduação, recepção de estudantes angolanos e execução de projetos técnicos complementares que fortalecem capacidades locais.

Em 2026, a Fiocruz recebeu 19 estudantes angolanos em Programas de Pós-Graduação em suas unidades técnicas na Bahia, Recife, Minas Gerais, Rondônia e no Rio de Janeiro. Em agosto de 2026 serão integrados mais 54 profissionais em um programa de mestrado com foco na Atenção Primária à Saúde – ProfSaúde – coordenado pela Fiocruz em parceria com a Associação Brasileira de Saúde Coletiva (Abrasco). Essas ações são espaços de intercâmbio e compartilhamento de políticas nacionais desenvolvidas no âmbito do SUS.

Como parte do Programa de Formação de Recursos Humanos em Saúde, a Fiocruz está negociando o desenvolvimento de dois cursos a serem ministrados diretamente em Angola: o primeiro, uma especialização em saúde pública e um segundo em entomologia médica, que serão coordenados respectivamente pela Escola Nacional de Saúde Pública e pelo Instituto Oswaldo Cruz, unidades técnicas sediadas no campus no Rio de Janeiro (Foto acima: Erica Kastrup).

A preparação das propostas derivou de um processo de construção conjunta onde os currículos dos cursos brasileiros foram submetidos à apreciação de autoridades nacionais angolanas que fizeram sugestões que foram adaptadas e discutidas por grupos técnicos, resultando numa proposta nova.

O desenvolvimento de turmas específicas dirigidas a países parceiros e desenvolvidas em parceria com instituições nacionais destes constitui um modelo que a Fiocruz vem praticando nas últimas duas décadas, que busca a construção de saberes compartilhados e a produção capacidades locais sustentáveis, assim como evitar a migração de profissionais qualificados (fuga de cérebros) e fomentar comunidades epistêmicas regionais capazes de levar adiante agendas de pesquisa e prática contextualizadas.

Tal modelo está alinhado à concepção de cooperação Sul–Sul estruturante, em que a transferência de conhecimentos, a construção conjunta de currículos e a capacitação em escala são instrumentos para a consolidação de sistemas públicos de saúde. A articulação entre financiamento internacional (por parte do Estado angolano e instituições multilaterais), cooperação técnica bilateral e parcerias acadêmico-institucionais cria oportunidades para alinhamento entre demandas nacionais e oferta formativa estrangeira.

Além da formação, a Fiocruz, com coordenação de sua unidade técnica em Rondônia, desenvolveu ainda entre 2025 e 2026 o projeto de Atualização do Mapa Entomológico de Angola, uma ação importante para a vigilância de vetores e para políticas de controle de doenças transmitidas por vetores no país. Organizado também sob os preceitos da cooperação

estruturante, o trabalho de coleta e taxonomia de vetores em campo, pesquisa e mapeamento ocorreu por meio de um amplo programa de capacitação de agentes de vigilância e técnicos do Ministério da Saúde e do Instituto Nacional de Investigações em Saúde de Angola, num processo em todas as etapas do trabalho envolveram o compartilhamento e a construção conjunta de saberes e práticas em diferentes níveis.



Coleta e formação no campo no âmbito do Mapa Entomológico. Foto: Ademir

No entanto, sob a perspectiva desse conjunto de ações de cooperação internacional entre o governo brasileiro e o governo de angola e considerando a participação da Fiocruz, é importante ressaltar que a sustentabilidade dos ganhos dependerá de fatores críticos tais como:

I. continuidade política e orçamentária em Angola para absorver e empregar os profissionais formados;
II. qualidade e contextualização das formações oferecidas, de modo a atender às especificidades epidemiológicas e organizacionais do país;
III. robustez dos mecanismos de monitoramento e avaliação para aferir impactos na cobertura e qualidade dos serviços; e
IV. estratégias de retenção e distribuição equitativa dos profissionais no território nacional.

A prorrogação do prazo originalmente previsto para o cronograma de 48 meses (situação em andamento em julho de 2026) também é um indicador de que ajustes temporais e operacionais podem ser necessários para alcançar as metas estabelecidas.

A parceria Brasil–Angola em saúde, materializada no Programa de Formação de Recursos Humanos, constitui uma resposta ambiciosa à necessidade angolana de expandir e qualificar a força de trabalho em saúde com ênfase em serviço público, equidade territorial e capacidade técnica.

A Fiocruz e outras instituições brasileiras, por meio de acolhimento de pós-graduandos, coordenação de mestrados em atenção primária e projetos técnico-científicos como a atualização do mapa entomológico, oferece um contributo relevante que combina formação, pesquisa e assistência técnica.

A perspectiva de cursos desenvolvidos in loco em Angola representa uma evolução metodológica que reforça a ideia de cooperação estruturante e a formação de comunidades epistêmicas nacionais, reduzindo riscos de perda de capital humano para outros contextos.

GRUPO DO G-77

O G-77 é a maior organização intergovernamental de países em desenvolvimento dentro das Nações Unidas e sua missão é permitir que os países do Sul Global se articulem e promovam seus interesses econômicos coletivos e aumentem sua capacidade internacional de negociação conjunta dentro do sistema das Nações Unidas.

O G-77 é uma estrutura institucional permanente que se desenvolveu gradualmente, o que levou à criação de Capítulos com escritórios de ligação em Genebra (UNCTAD)[1], Nairóbi (UNEP)[2], Paris (UNESCO)[3], Roma (FAO/IFAD)[4], Viena (UNIDO)[5] e Washington (G-24)[6].

Em 2026, o Uruguai assumiu a presidência pró-tempore, sucedendo o Iraque, que ocupou o cargo em 2025. Essa rotação segue o princípio geográfico do grupo, já que 2026 marca a vez do Grupo Latino-Americano e Caribenho (GRULAC) liderar a coalizão.

Destaques do G-77

G-77 e China no HLPF 2026



17 de julho de 2026 – O G-77 e a China participaram do evento paralelo **"Aprofundando as sinergias para aumentar o avanço dos ODS por meio da Cooperação Sul-Sul e Triangular.**

Coincidindo com a apresentação da nova Revisão Voluntária Nacional do Uruguai, eles reafirmaram que a Cooperação Sul-Sul e Triangular constitui uma chave para compartilhar experiências, gerar soluções adaptadas às realidades dos países em desenvolvimento e acelerar os ODS.



16 de julho de 2026 – Na qualidade de presidente do G-77, o Uruguai saudou com satisfação a adoção da Declaração Ministerial do HLPF 2026, resultado do diálogo, do respeito mútuo e do compromisso dos Estados-Membros com o multilateralismo.

A Declaração reafirma a urgência de acelerar a implementação da Agenda 2030 por meio do fortalecimento da cooperação internacional, do apoio aos países em desenvolvimento, da mobilização de meios de implementação e de parcerias eficazes para não deixar ninguém para trás.

16 de julho de 2026 – Declaração proferida pela delegação do Uruguai, em nome do G-77 e da China, por ocasião da apresentação da minuta inicial da resolução sobre as modalidades para a 4ª Conferência das Nações Unidas de Apoio à Implementação do Objetivo de Desenvolvimento

[1] UNCTAD – Comércio de Desenvolvimento da ONU
[2] UNEP – Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente
[3] UNESCO – Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura
[4] FAO – Organização para a Alimentação e Agricultura e IFAD – Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola
[5] UNIDO – Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial
[6] G-24 – Assuntos monetários internacionais e desenvolvimento

Sustentável 14: Conservar e usar de forma sustentável os oceanos, mares e recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável

O G-77 e a China agradeceram aos Co facilitadores pela elaboração do "rascunho zero" (*zero draft*), considerando-o uma base sólida para as negociações por seguir a estrutura das resoluções de modalidades adotadas em conferências anteriores sobre o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 14 (ODS 14).

O grupo destacou a grande importância que atribui à conservação e ao uso sustentável dos oceanos e recursos marinhos, ressaltando que o progresso no ODS 14 está diretamente vinculado ao alcance de outras metas da Agenda 2030, em especial a erradicação da pobreza, a segurança alimentar e a resiliência climática.

Nesse sentido, o grupo defendeu que a Conferência de 2028 deve manter o foco na implementação prática do ODS 14, funcionando como uma plataforma voltada para a ação, para o fortalecimento de parcerias e para a mobilização de meios cruciais de implementação, como recursos financeiros, desenvolvimento e transferência de tecnologia e capacitação, sempre respeitando as diferentes circunstâncias, prioridades e capacidades nacionais das nações em desenvolvimento.

Diante do início das negociações, o G-77 e a China informaram que irão revisar detalhadamente o rascunho e solicitaram formalmente a prorrogação do prazo para envio de contribuições, com o objetivo de garantir um planejamento adequado.

O grupo reiterou seu compromisso com os princípios de transparência, inclusão e consenso para alcançar uma resolução de modalidades ambiciosa e equilibrada. Para isso, enfatizou a necessidade de um processo preparatório aberto e liderado pelos Estados-Membros, garantindo a participação plena e significativa de todos, além de permitir contribuições relevantes do sistema ONU e de outras partes interessadas, desde que preservada a natureza intergovernamental do processo.

16 de julho de 2026 – Explicação de posição do G-77 e da China, proferida pela delegação do Uruguai após a votação da Declaração Política da Reunião de Alto Nível sobre a Revisão de Meio Termo da Nova Agenda Urbana

O G-77 e a China destacaram sua participação ativa, construtiva e de boa-fé ao longo de todo o processo de negociação da Declaração Política da Reunião de Alto Nível sobre a Revisão de Meio Termo da Nova Agenda Urbana, manifestando uma clara preferência pelo consenso e reconhecendo o esforço dos Co facilitadores em acomodar as prioridades das delegações.

Por essa razão, o bloco lamentou a falta de consenso no momento da adoção do documento, o que levou à necessidade de uma votação. Apesar desse impasse, o G-77 e a China votaram a favor do texto final por considerarem que, de modo geral, ele representava um resultado aceitável e equilibrado diante de um contexto de negociação difícil, preservando elementos fundamentais para os países em desenvolvimento.

Entre os pontos essenciais resguardados no documento, o grupo enfatizou a reafirmação explícita dos princípios da Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento — incluindo o princípio das responsabilidades comuns mas diferenciadas —, a atenção aos desafios específicos enfrentados pelas nações em desenvolvimento, a manutenção de referências sobre os impactos de medidas unilaterais e a inclusão de diretrizes

robustas sobre meios de implementação, tais como financiamento, capacitação e transferência de tecnologia.

Por fim, expressaram o desejo de que o recurso à votação não diminua o valor político da Declaração nem a relevância da Reunião de Alto Nível, defendendo que o foco agora deve se voltar para a implementação prática desses compromissos em prol de um apoio concreto e de uma cooperação internacional fortalecida para com a Nova Agenda Urbana.

16 de julho de 2026 – Declaração realizada pela delegação do Uruguai junto às Nações Unidas em nome do G-77 e da China durante a reunião do Grupo de Trabalho *ad hoc* sobre a Revisão da Implementação do Mandato da ONU

O Grupo agradeceu aos copresidentes da Jamaica e da Noruega pela liderança no grupo de trabalho da "ONU80" voltado à revisão da implementação de mandatos, acolhendo positivamente o relatório do Secretário-Geral sobre a revisão de mais de 600 séries de relatórios publicados entre 2023 e 2025.

Consideraram o documento uma base construtiva e elogiou o foco pragmático em reduzir sobreposições, otimizar a periodicidade e tornar os relatórios mais acessíveis e focados, sem renunciar à transparência.

Destacaram a importância da abordagem gradual e direcionada proposta pela revisão — a qual concluíram que a vasta maioria dos relatórios atuais permanece adequada —, pois evita uma metodologia única e respeita a diversidade dos processos da ONU.

Além disso, o G-77 e a China elogiaram o foco em melhorias estruturais, como limites de palavras mais claros, uso de dados visuais e resumos focados, observando positivamente o potencial de redução de cerca de 700 mil palavras ainda este ano por meio da combinação ou ajuste de formatos em uma pequena parcela dos documentos.

Por fim, o Grupo enfatizou que a tomada de decisões sobre os mandatos continua sendo uma prerrogativa exclusiva dos Estados-Membros, exigindo que qualquer proposta de alteração formal seja apresentada aos órgãos intergovernamentais competentes com justificativas claras.

Por outro lado, incentivaram o Secretariado a avançar, de forma autônoma e transparente, com as melhorias de legibilidade e acessibilidade que não requeiram deliberação política, solicitando atualizações futuras sobre esses critérios.

16 de julho de 2026 – Declaração proferida por Sua Excelência Tamara Paseyro, Ministra de Habitação e Ordenamento Territorial do Uruguai, em nome do G-77 e da China no debate geral da Reunião de Alto Nível sobre a Revisão de Meio Termo da Nova Agenda Urbana



Nesta declaração sobre a Nova Agenda Urbana, a Ministra de Habitação e Ordenamento Territorial do Uruguai, Tamara Paseyro, agradeceu à presidência da Assembleia Geral e aos co facilitadores de Polônia e Malawi pela condução dos trabalhos voltados a acelerar as metas urbanas até 2036.

O Grupo celebrou o reconhecimento, na Declaração Política, dos desafios urbanos globais emergentes e específicos enfrentados pelos países em desenvolvimento, bem como o impacto de conflitos armados na destruição de moradias e infraestruturas.

Enfatizando que as cidades são motores fundamentais do desenvolvimento sustentável, o G-77 e a China destacaram a necessidade urgente de colocar a habitação adequada e o acesso universal a serviços básicos — como água potável, saneamento e segurança alimentar — no centro das estratégias de erradicação da pobreza e do fome.

Para enfrentar a complexidade da crise urbana atual, o G-77 e a China apelaram pelo fortalecimento da cooperação internacional e pela garantia de meios de implementação previsíveis e acessíveis, incluindo assistência oficial, transferência de tecnologia e capacitação local, além do suporte financeiro adequado à ONU-Hábitat.

Adicionalmente, o grupo condenou o impacto negativo de medidas econômicas e comerciais unilaterais que violam o direito internacional e prejudicam o desenvolvimento dos países do Sul Global.

Por fim, manifestaram profunda preocupação com os efeitos das mudanças climáticas, defendendo um desenvolvimento urbano resiliente, integrado e focado na redução de desastres, amparado pelo princípio das responsabilidades comuns, mas diferenciadas.

13 de julho de 2026 – Declaração realizada pela delegação do Uruguai junto às Nações Unidas em nome do G-77 e da China durante o debate geral do Fórum Político de Alto Nível sobre Desenvolvimento Sustentável de 2026

O G-77 e a China começaram sua declaração dizendo que Fórum Político de Alto Nível de 2026 se reúne em um momento extremamente crítico. Restando apenas quatro anos para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, o progresso permanece desigual e, em muitos casos, muito aquém das metas.

Todos se deparam com o aumento da pobreza, da fome, do desemprego, das tensões geopolíticas, das mudanças climáticas, da incerteza econômica global, das medidas coercitivas unilaterais e de uma lacuna de financiamento alarmante, entre outros desafios que agravaram as desigualdades existentes e reverteram conquistas de desenvolvimento arduamente alcançadas, particularmente para os países em desenvolvimento.

Nesse sentido, o grupo reiterou que a erradicação da pobreza em todas as suas formas e dimensões, incluindo a pobreza extrema, é o maior desafio global e um requisito indispensável para o desenvolvimento sustentável e, portanto, deve estar no centro do trabalho de todos.

Em um cenário de crescentes incertezas globais, o G-77 e a China reafirmaram seu compromisso com a Carta da ONU e com a indissociabilidade entre a paz e o desenvolvimento sustentável. O Grupo enfatizou que o progresso das nações em desenvolvimento é severamente prejudicado por medidas coercitivas unilaterais e contrárias ao direito internacional, ressaltando também a urgência de apoiar povos sob ocupação colonial ou estrangeira em seu direito à autodeterminação.

Reiteraram ainda, a vigência dos princípios da Declaração do Rio, em especial o de responsabilidades comuns, mas diferenciadas, além da necessidade vital de cooperação internacional e transferência de tecnologia em termos concessionais e preferenciais para que nenhum país seja deixado para trás.

Ao analisar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) em revisão, o grupo detalhou prioridades específicas para cinco metas fundamentais.

No ODS 6 (água e saneamento), defenderam o fortalecimento do financiamento público e da infraestrutura resiliente ao clima.

Para o ODS 7 (energia), ficaram preocupados com a falta de acesso à eletricidade e à cozinha limpa por parte de milhões de pessoas, defendendo uma transição energética justa, ordenada e adaptada às prioridades de cada país.

Em relação ao ODS 9 (infraestrutura e industrialização), apontaram que a diversificação econômica depende de apoio às pequenas e médias empresas e da superação do fosso digital.

Já para o ODS 11 (cidades sustentáveis), o foco foi em responder à rápida urbanização por meio de habitação acessível, transporte sustentável e redução do risco de desastres.

Por fim, o grupo abordou o ODS 17 (meios de implementação), defendendo uma reforma profunda na arquitetura financeira global que amplie a participação dos países em desenvolvimento, garanta a sustentabilidade de suas dívidas e cumpra os compromissos de ajuda oficial ao desenvolvimento.

Ressaltaram que o financiamento climático deve ser baseado primordialmente em doações e que a cooperação Sul-Sul complementa, mas não substitui, a Cooperação Norte-Sul.

Diante da proximidade do prazo de 2030, afirmaram que o tempo para ações graduais se esgotou, demandando um esforço coletivo imediato e robusto do qual o G-77 e a China estão prontos para participar ativamente.

7 de julho de 2026 – Declaração realizada pela delegação do Uruguai junto às Nações Unidas em nome do G-77 e da China durante o debate sobre o item 38 da agenda, intitulado "Necessidade de pôr fim ao embargo econômico, comercial e financeiro imposto pelos Estados Unidos da América a Cuba"

O G-77 e a China condenaram o endurecimento do embargo econômico, comercial e financeiro imposto pelos Estados Unidos contra Cuba, que já dura mais de seis décadas.

O bloqueio é o principal obstáculo para a normalização das relações bilaterais, gerando enormes danos a setores vitais como saúde, agricultura, turismo e o sistema bancário cubano.

O Grupo segue profundamente preocupado com a ampliação do caráter extraterritorial do embargo a Cuba, especialmente a aplicação da Lei Helms-Burton[7], que claramente viola o direito internacional e a liberdade de comércio ao punir terceiros países que mantêm relações legítimas com Cuba.

O grupo manifestou sua consternação com a atual crise energética em Cuba, decorrente da obstrução do fornecimento de combustível, o que tem paralisado serviços essenciais como hospitais e escolas, além de comprometer o acesso a tecnologias limpas e ajuda humanitária devido a restrições bancárias.

[7] A **Lei Helms-Burton** (cujo nome oficial é *Cuban Liberty and Democratic Solidarity Act* de 1996) é uma legislação federal dos Estados Unidos que endureceu e expandiu significativamente o embargo econômico, comercial e financeiro aplicado contra Cuba desde a década de 1960.

Adicionalmente, a declaração exige a retirada imediata de Cuba da lista norte-americana de patrocinadores do terrorismo, enaltecendo o histórico de solidariedade, amizade e a duradoura cooperação médica internacional promovida pelo país no âmbito da cooperação Sul-Sul.

Por fim, reafirmaram a defesa dos princípios da Carta da ONU — como a soberania, a não ingerência em assuntos internos e a solução pacífica de controvérsias —, apelando pelo fim imediato, completo e incondicional do embargo para garantir o desenvolvimento de Cuba e a credibilidade do multilateralismo global.


NEWSLETTER
Uruguayan Presidency of the G77 – 2026
March and April 2026
NEGOTIATIONS FINALIZED
UNSO INITIATIVE
FINANCING FOR DEVELOPMENT

Encontre aqui o Boletim da Presidência Uruguaia do G-77 para os meses de março e abril de 2026

MOVIMENTO DOS PAÍSES NÃO ALINHADOS (MNA)

O MNA é a maior coligação de países depois das Nações Unidas, criada em 1961, hoje, o movimento é composto por 121 Estados Membros de todas as partes do mundo.

Existem ainda 17 estados e 10 organizações internacionais com status de observador.

O Gabinete de Coordenação é sediado na ONU, sendo o principal instrumento para dirigir o trabalho das forças-tarefa, comitês e grupos de trabalho do MNA. O trabalho diário do MNA é realizado por Grupos de Trabalho, em nome do Gabinete de Coordenação.

De 2024 a 2027, a presidência do MNA está a cargo da República de Uganda. O presidente de Uganda, Yoweri Museveni é o presidente do Movimento dos Não-Alinhados. A Delegação de Uganda junto às Nações Unidas é o representante do Presidente na ONU.

MNA no HLPF 2026

Durante o HLPF, as principais atividades e posicionamentos do MNA foram em torno dos seguintes eixos:

- **Declarações de Posição Coletiva:** O MNA, frequentemente articulado com o G-77, emitiu pronunciamentos formais durante os debates gerais e nos segmentos ministeriais. O foco central foi cobrar o cumprimento dos compromissos de financiamento climático e cooperação internacional por parte dos países desenvolvidos.
- **Defesa do Princípio de Responsabilidades Comuns, mas Diferenciadas:** Durante as discussões da Declaração Ministerial do HLPF 2026, o MNA reiterou a urgência de que a transição energética e as metas de sustentabilidade respeitem as capacidades e as circunstâncias nacionais de cada país em desenvolvimento, rejeitando imposições unilaterais.
- **Foco nos Meios de Implementação (ODS 17):** O MNA enfatizou a necessidade de reformar a arquitetura financeira internacional, reduzir os abismos tecnológicos e garantir uma assistência oficial ao desenvolvimento que seja previsível e sem condicionamentos políticos.

O HLPF de 2026, sob o tema de ações transformadoras e coordenadas, serviu como palco para que o Movimento dos Não Alinhados reforçasse que o multilateralismo só terá

sucesso se salvaguardar a soberania e as prioridades econômicas das nações em desenvolvimento.

Outros destaques

Além das atividades de articulação e debates ministeriais no âmbito do HLPF, o MNA manteve sua agenda técnica e de concertação diplomática:

- **1º de julho de 2026 – Reunião de Coordenação do MNA realizada em Genebra:** A reunião oficial intermediada pela plataforma técnica da ONU (*Indico/UN*). Esses encontros do escritório de coordenação servem para alinhar os posicionamentos políticos do bloco e revisar documentos antes de grandes fóruns multilaterais, garantindo uma voz unificada para as demandas do Sul Global.
- **Articulação sobre a Nova Agenda Urbana:** Em paralelo, as delegações do MNA atuaram em estreita coordenação com as missões do G-77 para subsidiar as revisões da Nova Agenda Urbana em Nova York, focando na inclusão de garantias operacionais que blindassem os países em desenvolvimento contra sanções de caráter comercial ou financeiro impostas à revelia do direito internacional.



8 de julho de 2026 – Assembleia Geral da ONU debate sobre as sanções dos EUA contra Cuba.

Conforme já descrito na sessão acima do G-77, durante a retomada do debate na AGNU, houve um massivo consenso internacional contra o bloqueio comercial à Cuba, reativado após a aprovação de uma moção por 136 votos a favor e 9 contra, superando severas objeções processuais de Washington.

Na ocasião, o MNA uniu-se a outros blocos regionais para repudiar veementemente os agravamentos tarifários no setor de energia e os impactos humanitários decorrentes da Lei Helms-Burton (ver sessão do G-77).

Enquanto o chanceler de Cuba denunciou uma “guerra multidimensional” que elevou a mortalidade infantil no país, a representação estadunidense justificou as sanções apontando má gestão financeira interna e a repressão a protestos. Ainda assim, a expressiva votação e a articulação do MNA e de parceiros do Sul Global isolaram a postura norte-americana, reforçando a exigência coletiva pela retirada da ilha da lista de patrocinadores do terrorismo e pela abertura de um diálogo baseado no respeito mútuo.

Nas regiões



15 de julho de 2026 – O Turcomenistão está implementando uma estratégia de diplomacia científica e médica.

O Turcomenistão iniciou a execução de sua Estratégia Nacional para o Desenvolvimento da Diplomacia Científica e Médica (2026–2052), plano de longo prazo estruturado em três etapas sucessivas para modernizar a saúde pública e integrar a ciência médica local ao cenário global. A iniciativa prioriza a capacitação de recursos humanos, o avanço da pesquisa científica e a digitalização de tecnologias médicas, com foco especial no intercâmbio de conhecimentos para a prevenção de doenças infecciosas e crônicas.

Para viabilizar essas metas, o país planeja expandir sua rede de cooperação com organismos multilaterais — como a OMS, UNICEF, PNUD, Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA), OMC, União Europeia e o MNA —, além de atuar na concessão de ajuda humanitária internacional.

Na primeira fase, que passará por auditoria em 2030 sob indicadores internacionais, as ações imediatas para 2026 incluem a organização de uma conferência internacional sobre Diplomacia Global da Saúde entre os países da Comunidade dos Estados Independentes (CEI)[8], a articulação de resoluções sanitárias na Assembleia Geral da ONU e a continuidade da formação de profissionais de saúde em instituições estrangeiras.



15 de julho de 2026 – Teerã e Jacarta realizam webinar para fortalecer laços de pesquisa científica.

A Fundação Nacional de Ciência do Irã (INSF) e a Agência Nacional de Pesquisa e Inovação da Indonésia (BRIN) realizaram o webinar **Avançando na Colaboração de Pesquisa Irã-Indonésia: Oportunidades Estratégicas à Frente (***Advancing Iran-Indonesia Research Collaboration: Strategic Opportunities Ahead).*

O objetivo é expandir a cooperação científica e reduzir a dependência tecnológica de países desenvolvidos, conectando um mercado de 370 milhões de pessoas.

As áreas prioritárias incluem segurança hídrica, IA, energias limpas e, estrategicamente, saúde e telemedicina para atender às mais de 17 mil ilhas da Indonésia. Para viabilizar a parceria, planeja-se consolidar a Casa de Inovação e Tecnologia do Irã (iHiT) em Jacarta e criar um hub de negócios. No plano diplomático, amparada por fóruns como BRICS e MNA, a Indonésia reafirmou sua oposição a sanções unilaterais e defendeu o uso pacífico da energia nuclear.

MOVIMENTO JOVEM DOS NÃO ALINHADOS (NAMYO)

A Organização Jovem do Movimento dos Não-Alinhados (NAMYO) foi inaugurada oficialmente em outubro de 2021 em Baku no Azerbaijão e, desde então, vem atuando como uma plataforma ampla, criando oportunidades para que os jovens possam se manifestar, apresentar suas ideias e perspectivas em temas relacionados com a conjuntura política global capacitando os mais jovens para se tornarem líderes do futuro.

15 de julho de 2026 – Dia Mundial das Competências dos Jovens.

Em celebração ao Dia Mundial das Competências dos Jovens de 2026, a NAMYO convidou seus membros a compartilharem suas perspectivas e reflexões sob o tema "**Competências para um Futuro Compartilhado**". A iniciativa destaca a urgência de empoderar a juventude global por meio do desenvolvimento de habilidades práticas, da cooperação e do engajamento social, capacitando as novas gerações a liderarem a construção de comunidades mais inclusivas, resilientes e sustentáveis.

[8] CEI – Criada em dezembro de 1991 durante a dissolução da União Soviética, a CEI é um fórum regional e uma aliança política/econômica que reúne várias das ex-repúblicas soviéticas. A sua sede administrativa fica em Minsk (Belarus).



6 de julho de 2026 – 3 anos de atividade na sede da NAMYO.

O NAMYO celebrou o terceiro aniversário de inauguração de sua sede oficial em Baku, Azerbaijão. Estabelecido em 6 de julho de 2023, o secretariado consolida-se como uma plataforma estratégica para promover o diálogo intercultural, estreitar os laços de cooperação internacional e impulsionar o engajamento político e social das novas gerações entre os Estados-membros do MNA.

CENTRO SUL

O Centro Sul é uma organização intergovernamental de nações em desenvolvimento, com sede em Genebra, na Suíça, criada em 1995, que funciona como um *think tank* de reflexão e ação política em prol do Sul global. Realiza pesquisas voltadas para políticas públicas sobre questões-chave de desenvolvimento e apoia os países em desenvolvimento a participarem efetivamente de processos de negociação internacional relevantes para a consecução dos ODS. O Centro Sul também oferece assistência técnica e capacitação em diversas áreas dentro do seu programa de trabalho. O Centro promove a unidade do Sul, reconhecendo a diversidade de interesses e prioridades nacionais.O Centro Sul sucedeu a Comissão do Sul, cujo principal objetivo era fortalecer a cooperação Sul-Sul nos assuntos internacionais. Em 2025, celebrou seu 30º aniversário

DESTAQUES

Nota Analítica

10 de julho de 2026- No vazio: a decisão do painel da Lei de Redução da Inflação e a crise da reforma da OMC.

Por Vahini Naidu


SOUTH CENTRE

ANALYTICAL NOTE

A recente decisão do painel da OMC contra os créditos de conteúdo nacional da Lei de Redução da Inflação dos EUA — que violavam o GATT 1994, o Acordo TRIMs e o Acordo sobre Subsídios (SMC) — expõe as profundas contradições do sistema multilateral.

Ao recorrer para um Órgão de Apelação deliberadamente inoperante, Os EUA lançaram a disputa em um vácuo jurídico, evidenciando como os membros que mais exigem novas disciplinas sobre subsídios alheios operam medidas proibidas sem consequências significativas.

À luz das discussões de reforma na 14ª Conferência Ministerial (MC14), em Yaoundé, o caso transcende uma disputa bilateral.

Este artigo analisa as conclusões do painel e suas implicações para o Sul Global no cenário pós-MC14, sustentando quatro argumentos centrais:

- **Simetria e Espaço Político:** A busca por uma "igualdade de condições" (*level playing field*) deve ser reformulada com base na simetria de conformidade e na preservação do espaço político dos Estados.
- **Solução de Controvérsias:** A restauração do sistema de disputas da OMC precisa ser dissociada das demais frentes de reforma institucional.
- **Proposta do Grupo Africano:** O restabelecimento de subsídios não acionáveis (Artigo 8º do Acordo SMC), defendido pelo Grupo Africano, constitui a proposta mais precisa e operacional para os países em desenvolvimento hoje.
- **Risco de Imunidade:** A pressão dos EUA para tornar a exceção de segurança do Artigo XXI(b) totalmente autojulgadora (*self-judging*) ameaça criar uma zona de imunidade para políticas industriais, um recurso estruturalmente inacessível à maioria das nações em desenvolvimento.

Nota Conceitual



CONCEPT NOTE

Side Event at the 62nd Session of the Human Rights Council

DRTD@40 and Sustainable Development Agenda: Youth Perspectives on the Right to Development in the Global South

Date: 3 July, 12h-13h, Room XVI, Palais des Nations, Geneva

Background

This year marks 40 years since the adoption of the Declaration on the Right to Development (DRTD), a landmark international instrument adopted by the United Nations General Assembly in 1986. It recognises development as an inalienable human right that has evolved through normative advances and institutional mechanisms, such as the Working Group and the Special Rapporteur on the Right to Development. The right to Development (RtD) has a renewed political momentum through both the DRTD@40 process and ongoing negotiations for a legally binding international instrument. Simultaneously, the international community is beginning to conceptualise the multilateral framework that will succeed the 2030 Agenda for Sustainable Development.

Youth today constitute the largest generation in history, predominantly residing in the Global South, and will be the primary rights-holders shaping the future of this new era of global governance. However, young people in developing countries are disproportionately affected by persistent structural asymmetries, including widening digital divides, unequal access to technology transfer, and systemic debt distress. Furthermore, developing nations face the critical, intersecting challenge of navigating global crises while securing and maintaining sufficient policy space for development policies, including economic diversification and industrialisation.

Despite being on the front lines of these cascading challenges, youth perspectives are insufficiently reflected in high-level RTD deliberations. This side event creates a dedicated platform for youth voices to articulate their understandings, priorities, and means of implementation of the RtD. By foregrounding youth perspectives, the event aims to contribute to a forward-looking, inclusive, and action-oriented interpretation of RTD, ensuring that the DRTD@40 momentum drives systemic reform and intergenerational justice including towards 2030 and in the post-2030 global architecture.

Objectives

3 de julho de 2026 – Evento paralelo para a juventude na 62.ª Sessão do Conselho de Direitos Humanos

O Palais des Nations, em Genebra, sediou o evento paralelo **"DRTD@40 e a Agenda de Desenvolvimento Sustentável: Perspectivas da Juventude sobre o Direito ao Desenvolvimento no Sul Global"**, durante a 62ª sessão do Conselho de Direitos Humanos.

Realizado para comemorar os 40 anos da Declaração sobre o Direito ao Desenvolvimento (DRTD) e coorganizado pelo Centro Sul, pelo Escritório do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos (ACNUDH) e pela Universidade para a Paz (UPEACE), o encontro serviu como plataforma para ampliar as vozes e reivindicações dos jovens dos países em desenvolvimento — que, embora formem a maior geração da história, seguem sub-representados em debates de alto nível.

O debate buscou aproximar os marcos normativos internacionais das realidades enfrentadas por essa população, concentrando-se em dois pilares principais:

Justiça Intergeracional: A urgência de incluir a juventude como ator central nas decisões de longo prazo.

Reformas Estruturais: A necessidade de combater assimetrias que sufocam o Sul Global, tais como a exclusão digital, entraves à transferência tecnológica, o superendividamento sistêmico e as restrições ao espaço político nacional para a industrialização.

A sessão foi encerrada com o compromisso de formular recomendações práticas para assegurar a inclusão das prioridades da juventude na agenda pós-2030 e nas negociações em curso para um instrumento juridicamente vinculante sobre o direito ao desenvolvimento.

Notícias do Sul (*SouthNews*)

9 de julho de 2026 – O primeiro Diálogo Global da ONU sobre Governança da IA insta à ação para superar as divisões em IA no Sul Global.

Por Danish



O Diálogo Global sobre Governança da IA, realizado em Genebra como desdobramento do **Pacto Digital Global** de 2024, reuniu mais de 100 representações internacionais para debater a regulamentação de uma tecnologia cujo avanço supera a resposta institucional.

Impulsionado pelo alerta do Secretário-Geral da ONU, António Guterres, sobre os riscos de um desenvolvimento tecnológico sem planejamento ou consentimento social, o evento priorizou temas como segurança infantil, transparência ambiental e direitos humanos.

Como subsídio técnico, o Painel Científico Internacional Independente alertou que interesses comerciais e geopolíticos concentrados ditam os rumos do setor, revelando que apenas dois países detêm 90% da capacidade computacional mundial voltada para a IA.

Diante dessa disparidade, o encontro evidenciou visões divergentes sobre o futuro da governança digital:

- **Sul Global (G-77 e China):** Defendeu que a IA é, fundamentalmente, uma questão de desenvolvimento. O bloco exigiu a transição dos princípios abstratos para a implementação prática, por meio de financiamento, transferência tecnológica, soberania de dados e modelos de código aberto (*open source*), evitando que a maioria das nações permaneça como consumidora passiva.

- **Grandes Potências:** Enquanto a China apoiou o código aberto como patrimônio comum da humanidade, os Estados Unidos concentraram seu posicionamento no compartilhamento de infraestrutura com países parceiros e na responsabilização pelo uso indevido da tecnologia.

Estruturado em quatro eixos temáticos, o fórum reforçou a urgência de uma governança adaptativa, interoperável e multilateral.

O encontro pavimentou o caminho para a 2ª edição do diálogo em Nova York, em maio de 2027, onde a comunidade internacional buscará firmar compromissos concretos para mitigar a lacuna tecnológica global.

7 de julho de 2026 – Países em desenvolvimento pressionam por uma abordagem equilibrada quanto ao escopo da aplicação da lei de propriedade intelectual no Comitê Consultivo da OMPI.

Por Ningxiner Li e Nirmalya Syam

A 18ª sessão do Comitê Consultivo de Fiscalização (ACE 18) da Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI) evidenciou uma profunda divisão sobre o papel da aplicação da propriedade intelectual (PI), contrapondo duas visões estruturais:

- **Países em Desenvolvimento (Brasil, Índia, Grupo Africano e GRULAC):** Alinhados à Agenda de Desenvolvimento da OMPI e ao Acordo TRIPS, argumentaram que a fiscalização é um meio para o desenvolvimento econômico e o bem-estar social, e não um fim em si mesma. Defenderam a preservação de flexibilidades políticas, capacitações orientadas pela demanda local e o combate à biopirataria e à apropriação indevida de recursos genéticos e conhecimentos tradicionais.


SOUTH CENTRE

SouthNews No. 564, 7 July 2026

Developing countries press for a balanced approach to the scope of intellectual property enforcement at the WIPO Advisory Committee

By Ningxiner Li, Nirmalya Syam

- **Países Desenvolvidos (EUA, Reino Unido, Japão e União Europeia):** Concentraram-se na escala econômica das infrações e no fortalecimento de mecanismos coercitivos. Priorizaram o investimento em inteligência artificial para detecção automatizada, o bloqueio de sites piratas e campanhas de conscientização contra violações de direitos. Além disso, se opuseram à inclusão de debates sobre recursos genéticos na ACE, sustentando que o tema deve ser tratado exclusivamente no Comitê Intergovernamental (IGC).

No encerramento da sessão, ficou claro que, de um lado, a busca pela robustez na proteção aos titulares de direitos; de outro, a exigência de um sistema equilibrado pelo interesse público e por salvaguardas sociais.

Série 30 anos do Centro Sul número 4

20 de julho de 2026 – Centro Sul: 30 anos avançando rumo a um regime internacional de investimentos justo e responsável



Este artigo examina a trajetória de 30 anos do Centro Sul na reforma do regime de Direito Internacional dos Investimentos (DII), destacando sua defesa pela transição de um sistema autossuficiente para um modelo integrado aos direitos humanos, à proteção ambiental e ao desenvolvimento sustentável.

A análise mostra como o mecanismo de Solução de Controvérsias entre Investidor e Estado (ISDS) tem provocado fragmentação jurídica e o chamado 'efeito inibidor regulatório' (*regulatory chill*), impactando desproporcionalmente as nações em desenvolvimento.

Frente a esse cenário, o Centro Sul vem atuando para alinhar os fluxos de investimento às estratégias nacionais de desenvolvimento, oferecendo assistência técnica, apoiando a renegociação de tratados e propondo estruturas normativas que priorizam as obrigações dos investidores e a soberania estatal.

Por fim, o trabalho propõe uma mudança de paradigma na governança global, indispensável para enfrentar desafios emergentes como a crise climática e a exclusão digital, rumo a um cenário de investimentos mais equitativo e responsável.